

SHOPPING POPULAR

Todos se dizem donos de box

Centenas de pessoas procuraram a administração da feira na tentativa de retomar as bancas, e o interventor espera concluir hoje um levantamento de quantos estandes estão regulares. Depoimentos na polícia começam amanhã

» MARA PULJIZ

Os feirantes do Shopping Popular estão proibidos de abrir os boxes hoje. A determinação é do administrador João de Oliveira Braga, nomeado interventor na última terça-feira. Motivo: após denúncias de repasse ilegal de bancas feitas pelo Correio em 7 de novembro e que resultaram em cinco prisões na manhã do último sábado, por volta de 50 pessoas procuraram diariamente a administração tentando retomar os estandes. "Teve um homem que chegou do Maranhão dizendo que era dono de um box. Agora, todo mundo quer ser dono. Independentemente da situação, estou encaminhando todos para a delegacia", adiantou Braga. Um dos detidos durante a operação da Polícia Civil (leia Entenda o caso) foi Caio Alves Donato, presidente da Associação de Vendedores Ambulantes do Shopping Popular (Asshop).

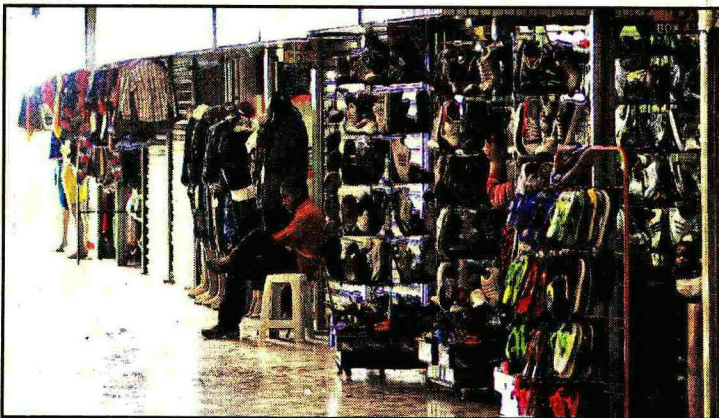
As atividades voltam amanhã. "Estou finalizando um levantamento de quantas bancas estão abertas. O feriado será um dia para isso, mas posso adiantar que, antes de eu assumir o shopping, só umas 50 estavam em funcionamento. Hoje, há mais de 600", destacou. Por causa do 15 de novembro, esperava-se um aumento no fluxo de clientes, mas ontem o espaço ficou praticamente vazio. Mesmo insatisfeitos, feirantes ouvidos pelo Correio prometeram acatar a ordem de Braga.

Por enquanto, também estão proibidas reformas ou novas melhorias no Shopping Popular. Quem descumprir a determinação terá o material apreendido e

Fotos: Breno Fortes/CB/D.A Press



Braga (C), interventor do shopping: "Independentemente da situação, encaminho todos para a delegacia"



Em pleno domingo, o movimento foi muito fraco no shopping

corre risco de ser levado para a 3ª Delegacia de Polícia (Cruzeiro) para prestar esclarecimentos. Todas as providências sobre a situação da feira só serão tomadas

após o Governo do Distrito Federal analisar o caso. Mas tanto o ambulante permissionário que repassou procuração para revender o box quanto aqueles comer-

ciantes que pagaram para se instalar irregularmente no local podem perder o direito de permanecer com a banca.

A Divisão de Crimes Contra a

Administração Pública (Decap), que coordenou a operação feita em conjunto com a 3ª DP e a Divisão de Operações Especiais (DOE), agora analisa os documentos encontrados na Rádio Shopping, sede da Asshop. Os investigadores querem descobrir quantas bancas foram repassadas ou vendidas de forma ilegal e intimar as partes para depor. "Na terça-feira (amanhã), as pessoas começarão ser ouvidas e somente depois nós podemos dizer a dimensão desse esquema", disse o delegado Flamarion Vidal, diretor da Decap.

Até o momento, testemunhas na 3ª DP declararam que alguns feirantes passaram o direito de uso para os interessados em ocupar os boxes por valores entre R\$ 4 mil e R\$ 5 mil. Entretanto, as 1.784 lojas do shopping não poderiam ser alugadas, emprestadas, doadas ou vendidas. Criado em 2008, o empreendimento tinha a finalidade exclusiva de abrigar camelôs retirados do centro de Brasília, como o Gran Circular e a plataforma superior da Rodoviária do Plano Piloto. Segundo a polícia, os estantes chegavam a ser comercializados por R\$ 6 mil a R\$ 80 mil (a depender da quantidade requisitada e da localização). Os investigadores apuram ainda ameaças de morte feitas contra feirantes que resistiam em passar a procuração do estande.

De acordo com Braga, algumas lojas foram arrombadas e retomadas à força. O material que era recolhido e armazenado em um banheiro do shopping. "A informação é que a associação quebrava os cadeados dos boxes com marretas e retirava os produtos", acusou o interventor.

» Entenda o caso

Cinco presos

No último sábado, o presidente da Associação de Vendedores Ambulantes do Shopping Popular (Asshop), Caio Donato, foi preso durante a Operação Fafnir II realizada pela Polícia Civil do DF. Também foram detidos a vice-presidente da Asshop, Marialva Rocha da Silva; a presidente da Associação dos Feirantes, Ambulantes e Comerciantes do DF, Edmárcia de Albuquerque Cardoso; e dois ex-servidores do GDF — Elizabete Guilherme Raimundo e Francisco das Chagas, o Chaguinha. Ela atuava como coordenadora de Serviços Públicos e ele era seu subordinado. Até a noite de noite, os cinco continuavam presos.

Segundo o diretor da Divisão de Crimes Contra a Administração Pública (Decap), delegado Flamarion Vidal, todos os boxes foram construídos com quatro metros quadrados e cada feirante tinha direito a apenas uma loja. Mas os policiais descobriram que uma pessoa chegava a possuir até 12 bancas. Até concessionária, que vende de jet skis a carrinhos de golfe, funciona no local, conforme o Correio noticiou com exclusividade no último dia 7. Segundo Vidal, para ter direito a boxes, o novo empreendedor tinha de pagar à associação entre R\$ 6 mil e R\$ 80 mil. Depois disso, segundo os investigadores, Chaguinha e Elizabete providenciavam a publicação da mudança no Diário Oficial do DF.